Tensões entre a Exploração do Capital no Campo e a Produção Comunal: o Caso do Programa SUSTENTA no Moçambique

Reginaldo Scheuermann Costa e Ricardo Gellert Paris Junior

Resumo:

Apresentamos uma análise sobre as transformações produtivas características do agronegócio, seu alinhamento à reorganização global do capital, que acaba por impactar as relações produtivas e territoriais de Moçambique. Destacam-se as determinações do antropoceno, as tensões entre o legado da luta de libertação nacional moçambicana e o histórico de políticas públicas neoliberais voltadas para o campo, tendo como foco o Programa SUSTENTA.

Palavras-chave: Programa SUSTENTA; Moçambique; agronegócio; propriedade comunal.

Abstract:

We present an analysis of the productive transformation intrinsic to agribusiness, its alignment with the global reorganization of capital, which ends up impacting productive and territorial relations in Mozambique. We highlight the determinations of the Anthropocene in this process, emphasizing the tensions between the legacy of the Mozambican national liberation struggle and the history of neoliberal public policies applied at the countryside, focusing on an analysis of the SUSTENTA Program.

Keywords: SUSTENTA Program; Mozambique; agribusiness; communal property.

Introdução

Na segunda metade do século XX, a questão ambiental ganhou centralidade nos debates sobre formas de desenvolvimento do capitalismo, assim como sobre alternativas de sua superação sistêmica. Um exemplo desse debate pode ser observado nas "zonas de sacrifício", conceito implementado por Klein[460] ao se referir a áreas geográficas ou comunidades marginalizadas que são sistematicamente exploradas e degradadas para fins extrativistas e, em nome do desenvolvimento econômico, como ocorreu em cidades industriais como Flint, nos Estados Unidos, onde a população, majoritariamente pobre e negra, foram expostas a níveis perigosos de poluição e contaminação da água.

Além das orientações ideológicas das perspectivas políticas tático-estratégicas fundamentalmente sociais, pensadas sobre políticas públicas em seus impactos nas áreas de saúde, assistência social, emprego, renda, educação, transporte etc., a questão do desenvolvimento humano passou a ser cada vez mais cotejada aos limites objetivos da natureza. Não se tratava mais, portanto, de centrar esforços unicamente em continuar a sina iluminista pela busca do desenvolvimento estritamente humano, mas de conceber uma totalidade de relações entre os anseios políticos e os limites naturais da terra[461]. Não quer dizer que haveria um constrangimento ao capital ou ao espírito antropocêntrico ocidental, no que se refere a expandir o lucro, o padrão de produção e consumo

[460] Klein, 2014.
[461] Angus, 2023.

capitalista. Na realidade, estaríamos diante de um dilema não apenas sobre as relações humanas no que se refere a sua forma de organização social, mas, nos encontraríamos num beco sem saída, no qual, a própria existência na terra se encontra ameaçada. Eis que a natureza impôs seus limites sobre a reprodução do capital, assim como sobre as perspectivas de mundo contra-hegemônicas[462].

Assim, se a Revolução Industrial ensejou a perspectiva de mercantilização total e global da natureza, passados poucos séculos, os efeitos da consequente destruição ambiental tornaram-se uma questão a ser encarada. Não apenas em função da prodigiosa capacidade do capital incorporar *absolutamente tudo*, enquanto insumo da sua autorreprodução, mas como limite da própria existência humana diante da concreta possibilidade de destruição total que se avizinha[463].

Se na Guerra Fria a terminalidade da humanidade parecia que ia vir de uma hecatombe nuclear, uma terceira guerra total[464], atualmente nossos dias parecem contados pela força da natureza ressentida pelo chamado Antropoceno. Nos parece útil tal conceito na medida em que assinala o caráter total do impacto predatório da ação humana sobre o meio ambiente a partir do advento da Revolução Industrial, de maneira a compreender o movimento do capital como totalizante, no sentido de incorporar as relações humanas e com o meio ambiente como subsumidas ao imperativo da mercadoria. O aquecimento global, a poluição das águas, a extinção das espécies, a desertificação dos solos causados por "(...) armas nucleares, produtos químicos nocivos à camada de ozônio e gases de efeito estufa poderiam remodelar o mundo"[465]. O Antropoceno não se restringe, portanto, aos efeitos imediatos do capitalismo sobre a humanidade, tais como a miséria, desigualdade social, violência bélica entre nações etc. Trata-se de uma crítica à lógica ontológica da ação humana no capitalismo, em que se ressalta a instrumentalização alienada da natureza enquanto atributo do processo de produção da mercadoria e, por isso, fundamentalmente uma força total e destruidora. Assim, o Antropoceno se define pelas relações locais e globais de produção e reprodução da mercadoria[466]. A partir da reflexão de Ian Angus e Kohei Saito, discutimos como no Antropoceno se metamorfoseiam as suas forças mais recentes contra a natureza, principalmente no calor da hegemonia neoliberal quando estabelece as bases do que se entende atualmente como agronegócio[467].

Propomos compreender a relação entre o local e global, em que o desenvolvimento da lógica do capital a nível mundial, ou seja, da reprodução ampliada da mercadoria estabelece uma infinidade de mediações com as nuances locais e regionais, expressas na tensão entre as relações de pressão imperialista, assim como das forças de resistência. Significa, portanto, considerar os modos de vida locais, as mobilizações populares, a correlação de forças regional, nacional e internacional e o impacto ambiental de tal dinâmica. Segundo Saito, "o impacto ambiental associado à produção e consumo de alimentos, energia e matérias-primas é distribuído de forma desigual"[468], o que nos leva, portanto, a analisar o "encargo ambiental" que recai sobre os países periféricos como parte intrínseca ao movimento do Antropoceno. Partimos da premissa, nesse sentido, que a totalidade da reprodução do capital aprofundou formas desiguais de socialização do desastre ambiental, de acordo com as relações de dominação imperialista. Contudo, Saito, a partir das observações dos escritos de Marx, os chamados *Cadernos de Ciências Naturais* (1868), lembra que a lógica destrutiva do capital é totalizante, pois, "como resultado do fim do espaço para a externalização, as consequências negativas da expansão do

[462] Löwy; Mascaro, 2024.
[463] Löwy; Mascaro, 2024.
[464] Hobsbawm, 2021.
[465] Angus, 2023, p. 34.
[466] Löwy; Mascaro, 2024
[467] Saito, 2024.
[468] Saito, 2024, p. 27.

extrativismo finalmente chegarão aos países desenvolvidos"[469]. Afinal, a totalidade da reprodução do capital adquiriu tal magnitude que foi capaz de atingir a totalidade dos ciclos biogeoquímicos globais. Em resumo, atingiu os limites da finitude do planeta[470].

De acordo com o relatório da ONU, realizado em 2023, *O Estado da Segurança Alimentar e da Nutrição no Mundo* (SOFI), "cerca de 733 milhões de pessoas passaram fome em 2023, o equivalente a uma em cada 11 pessoas no mundo e uma em cada cinco na África"[471]. Outro relatório da Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Banco Mundial (2022) afirma que "25% da população mundial não tem acesso a água potável"[472]. Contraditoriamente, a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO, na sigla em inglês), no ano de 2016, já afirmava que a produtividade mundial daria conta de alimentar 7,3 bilhões de pessoas[473]. Toda a *infinita* obsessiva produtividade capitalista mundial não é, nem sequer, capaz de sanar as *finitas* necessidades básicas dos seres humanos. Contudo como se observa, segue a dinâmica de socializar desigualdades sobre o acesso aos recursos naturais.

No entanto, se por um lado o capitalismo tornou mais evidente a sua face apocalíptica no período de formação dos escombros do "socialismo real" com o fim da União Soviética, por outro, é justamente neste período, de ascensão neoliberal, que se instala a maior crise de projetos alternativos ao capitalismo da história. De tal sorte que o horizonte de resistências ao capital passou a ser delimitado pela mistificação ideológica do Fim da História[474]. Mesmo as formas de resistência mais radicais foram domesticadas pela teoria organizacional empresarial, quando se observa, por exemplo, os conceitos de sustentabilidade, responsabilidade social, governabilidade, capital social, capitalismo verde e empreendedorismo aplicados às políticas públicas e ao léxico de diversos movimentos sociais e partidos do campo da esquerda[475]. O *greenwashing* encapsulou boa parte dos ímpetos revolucionários ou mesmo as perspectivas de reformas no capitalismo numa militância verde dirigida por organismos multilaterais do capital e conglomerados empresariais evocadores de políticas públicas focalizadas e o chamado "comportamento consumidor", que busca corporificar a rebeldia contra o sistema capitalista na compra de *ecobags*[476].

Ao mesmo tempo, novas formas de mobilização social tomam corpo articulando resistências a partir das culturas populares, ações horizontais, mobilizações locais, nacionais e internacionais. A centralidade da natureza como limite e possibilidade para o vislumbre das políticas públicas engendra mudanças na pauta de reivindicações, sejam do reformismo, passando pelos adeptos do ecossocialismo, zapatismo ou do Bem Viver. Assim, ainda que haja profunda hegemonia neoliberal no quadro político internacional a partir do fim da Guerra Fria, há também resistências, ainda que frágeis e relativamente dispersas.

A relação entre o global e o local no capitalismo contemporâneo, no que se refere à relação com a natureza, tem no agronegócio um dos seus eixos fundamentais. O capital articula o agronegócio em escala internacional, associando o setor financeiro e industrial, impactando profundamente os projetos de desenvolvimento dos países, principalmente os periféricos[477]. O imperialismo continua estabelecendo suas hierarquias internacionais, forjando sistemas e subsistemas de superexploração do

469 Saito, 2024, p. 29.
470 Saito, 2024.
471 Acessado em 15/02/2025: https://tinyurl.com/yar378pu
472 Acessado em 15/02/2025: https://tinyurl.com/bp873epy
473 Acessado em 15/02/2025: https://tinyurl.com/bdew3bdf
474 Neves, 2010.
475 Neves, 2010.
476 Saito, 2024, p. 29.
477 McMichael, 2010.

trabalho, organização do trabalho internacionalmente, divisão desigual do capital produzido e destruição ambiental subordinada às relações de poder globais. Nesse sentido, propomos uma chave de leitura da realidade do capitalismo recente que compreenda os planos de desenvolvimento nacionais, as políticas públicas, a relação da produção de alimentos sob a lógica do agronegócio e suas lógicas de poder[478].

Apresentamos, aqui, uma breve reflexão sobre o moçambicano Programa SUSTENTA. Analisamos a relação tensa do capital internacional no campo, tendo em vista uma tendência geral de agricultura de tipo industrial, altamente financeirizada, dramaticamente predatória contra o meio ambiente e as formas tradicionais de produção agrícola do povo moçambicano. Observamos a influência da mobilização local baseada em uma estrutura fundiária de pequenas propriedades e o legado da luta de libertação nacional inscrita na sua história política recente. Nesse sentido, examinamos a implementação do Programa SUSTENTA nas suas contradições, uma vez que sugere um processo de mescla de iniciativas locais tradicionais de cultivo com formas de produção conectadas ao mercado internacional do agronegócio, caracterizado pela financeirização da produção, controle transnacional de defensivos agrícolas, sementes e maquinário.

Na primeira parte, apresentamos a relação entre o agronegócio e sua contribuição para o aprofundamento dos efeitos naturais causados pelo Antropoceno[479], como o capital opera a partir da lógica do agronegócio, a relação com a natureza e suas mediações internacionais e locais no estabelecimento de um padrão produtivo, que gera implicações ambientais, econômicas e políticas sobre os países, observando as redes de poder econômico do imperialismo. Na segunda seção, apresentamos o processo histórico moçambicano, compreendendo o legado da luta de libertação nacional, os impactos da guerra civil e os traços de uma adaptação neoliberal, de maneira a compreender as contradições da sua singularidade histórica que definem a sua estrutura fundiária e produtiva. Na terceira parte, analisamos o Programa SUSTENTA, em que observamos como se operou em Moçambique as reminiscências do modelo de organização produtiva centralizado e modernizador, erguido a partir das lutas de libertação nacional, imbricado aos traços culturais locais relativos ao modo de ocupação da terra baseado em modelos comunais de propriedade. Avaliamos como tal processo foi mediado pelos interesses do grande capital, tendo implicações sobre a relação com a natureza e a perspectiva de desenvolvimento local e nacional. Ao final, concluímos refletindo sobre a relação entre a perspectiva local e global posta pelo Programa SUSTENTA como parte de um modo de produção, que é tensionado pelas redes de poder do grande capital e a mobilização cultural e política da realidade histórica moçambicana baseada na pequena propriedade e aldeamento comunal.

O Antropoceno e o Agronegócio: mediações do capital para o fim do mundo

Já no século XVIII e XIX, a Revolução Industrial trazia os seus impactos destrutivos sobre a natureza. Escritores românticos já narravam o quanto o ar havia se tornado tóxico no calor do progresso industrialista iluminista. Marx apontou as consequências da exploração total do capital sobre a natureza como uma consequência do seu movimento de reprodução destrutivo[480]. E Engels[481], ainda antes de conhecer Marx, já apontava no livro *A Situação da Classe Trabalhadora Inglesa* como os bairros proletários eram acometidos por fumaça tóxica das indústrias, águas poluídas e espaços de concreto insalubre, enquanto os bairros burgueses usufruíam de boa qualidade do ar, água potável e vegetação abundante, de tal maneira que a qualidade ambiental influenciou a valorização fundiária urbana, a consequente especulação imobiliária e o abismo social dos bairros nas cidades industriais.

[478] Fontes, 2010.
[479] Angus, 2023.
[480] Löwy; Mascaro, 2024, p. 33.
[481] Engels, 2009.

Quando Marx[482] desenvolve o conceito de alienação nos seus *Manuscritos Econômico-filosófico*, mostrando a cisão entre o produto do trabalho e o controle pelos trabalhadores do processo produtivo, já apresenta ali alguns indicativos do processo global de industrialização, a força destruidora do capital de mercantilização generalizada:

> (...) desde a Revolução Industrial, os humanos passaram a utilizar grandes quantidades de carvão e combustíveis fósseis, como petróleo, e a emitir enormes quantidades de CO2. A concentração desse gás na atmosfera antes da Revolução Industrial era de 280 ppm, e, em 2016, ultrapassou os 400 ppm na Antártida pela primeira vez em 4 milhões de anos. Esse número segue subindo[483].

O Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (PIMC) afirma que a situação climática será catastrófica, caso supere 1,5 grau de aumento de temperatura, se comparado ao período anterior à Revolução Industrial. As consequências são imensuráveis. Muitos geólogos afirmam que entramos no Antropoceno, que seria a era geológica demarcada pela ação humana como um elemento definidor da condição do meio ambiente[484]. A Revolução Industrial teria iniciado tal processo, que teria se consolidado a partir de 1945, gerando um acúmulo de CO2 na atmosfera que é causado na proporção do desenvolvimento industrial capitalista.

O estudo integrado sobre a situação do meio ambiente em nível global é desenvolvido a partir dos anos 1980, de forma a articular as áreas de biologia, geologia, física, entre outras áreas do conhecimento. Tal mudança de paradigma se deu

> (...) quando cientistas e outros agentes perceberam que armas nucleares, produtos químicos nocivos à camada de ozônio e gases de efeito estufa poderiam remodelar o mundo: a atividade humana estava causando não apenas mudanças, mas mudanças globais, com consequências potencialmente desastrosas[485].

É nesse contexto que ocorrem as reuniões do *International Council of Scientific Unions* (ICSU) (Varsóvia - 1983; Ottawa - 1985), orientando a formação de uma pesquisa sobre as mudanças do meio ambiente em escala global. A criação do *International Geosphere-Biosphere Programme* (IGBP), em 1986, instaurou o maior sistema de cooperação científica a fim de monitorar os impactos ambientais da intervenção humana. Já na década de 1990, o IGBP articula cientistas de diversos países para estudar o que se definiu como sistema terrestre, ou seja, os diversos fluxos de energia e ciclos da natureza nos seus âmbitos físicos, químicos e biológicos[486]. Em 2000, numa reunião no México, Paul Crutzen afirma a existência do Antropoceno, sintetizando os mais de dez anos de pesquisa do IGBP, de forma a qualificar a ação humana como responsável por impactos ambientais em escala global. Segue-se, em 2001, na conferência *Desafios de uma Terra em mutação*, organizada pelo IGBP, o lançamento do documento *Mudança global e o sistema terrestre: um planeta sob pressão*, que aborda o conceito Antropoceno de forma mais sistemática e, em 2002, Paul Crutzen publica o artigo *Geologia da Humanidade*, em que esmiúça as ações humanas que geraram impactos ambientais globais:

- crescimento da população humana dez vezes maior em três séculos;
- criação de 1,4 bilhão de bovinos produzindo metano;
- exploração de 20% a 50% da superfície terrestre;
- destruição de florestas tropicais;
- ampla construção de barragens e desvio de rios;

[482] Marx, 1992.
[483] Saito, 2024, p. 14.
[484] Löwy; Mascaro, 2024, p. 37.
[485] Angus, 2023, p.34.
[486] Angus, 2023, p. 35.

- exploração de mais da metade de toda água potável a que temos acesso;
- diminuição de 25% de peixes nas regiões de afloramento e 35% na plataforma continental;
- uso de energia dezesseis vezes maior no século XX, elevando as emissões de dióxido de enxofre a mais que o dobro dos níveis naturais;
- uso de fertilizantes nitrogenados na agricultura acima do dobro do que é naturalmente utilizado em todos os ecossistemas combinados;
- aumento das concentrações atmosféricas de gases de efeito estufa aos maiores níveis em mais de 400 mil anos[487].

Dois aspectos a serem destacados aqui nessa breve explanação sobre o Antropoceno. A primeira é como a categoria de totalidade se torna fundamental para a compreensão do fenômeno das transformações ambientais. Os impactos humanos são entendidos dentro de uma perspectiva sistêmica, tanto pela relação dos componentes naturais entre si, quanto pela capacidade de impacto destas ações humanas. Neste sentido, o Antropoceno é a expressão sistêmica da natureza diante das consequências de um sistema de produção humano que avança em escala total, não sendo possível, portanto, considerações parciais, nem sobre o meio ambiente, nem sobre o próprio capitalismo. Refletir sobre os impactos ambientais globais, passa, portanto, por perscrutar o modo de reprodução da lógica do capital, da sua demanda por lucro incessantemente industrial e global.

O segundo aspecto a ser ressaltado é que o diagnóstico da IGBP explicita o resultado da lógica produtiva do agronegócio. A superprodução, o uso abusivo de água potável, a utilização de defensivos agrícolas e fertilizantes altamente tóxicos, o avanço da produção agropecuária sobre as florestas, o aumento da emissão de gases poluentes listadas por Paul Crutzen figuram como ações constantes do agronegócio na sua expansão avassaladora ao longo do século XX.

O agronegócio é a expressão da industrialização no campo. Desde o processo de cercamento dos campos, ainda no século XVIII, passando pela primeira e segunda fase da Revolução Industrial, o que se observa é um encadeamento de transformações estruturais no processo produtivo: *1. mercantilização da terra; 2. expropriação dos meios de produção; 3. industrialização da produção agrícola; 4. subordinação produtiva do campo à cidade.*

Quando Marx se dedica a estudar os escritos de Justus von Liebig e analisa o conceito de "agricultura de roubo", se debruçava sobre o que Saito denomina como "transferência de tecnológica, espacial e temporal". A transferência tecnológica foi observada na produção de amônia para a realização do processo de fertilização Haber-Bosch, que produzia derivados químicos poluentes, sacrificava gigantes porções de terra, contaminando águas, afetando, portanto, o ecossistema, não apenas uma área específica. A transferência espacial pode ser observada quando estudou a exploração do guano como fertilizante agrícola e também observou o quanto o imperialismo inglês e estadunidense impuseram uma exploração predatória que superexplorou a força de trabalho indígena. Além disso, acabou por esgotar o recurso de guano e escasseia as aves marinhas. É, nesse caso, a expressão do que Saito chama de "imperialismo ecológico". A transferência temporal é justamente a capacidade de externalizar para o futuro os impactos da ação predatória do capital, que ainda não podem ser sentidas[488]. A articulação destas "transferências" parece ainda atual quando observamos a industrialização da produção agrícola e extrativista, e tomam uma proporção avassaladora no ascenso neoliberal.

Considerando as especificidades dos diversos países, suas condições econômicas e relações no mercado internacional, é importante ressaltar que cada um apresenta suas características em tempos

[487] Angus, 2023, p. 41.
[488] Saito, 2024, p. 36.

históricos distintos e de formas singulares, de acordo com a realidade da formação nacional, de forma desigual e combinada. A divisão entre países dependentes e centrais na correlação político-econômica internacional é uma nuance fundamental para compreender tais características na realidade produtiva de cada país[489].

A consolidação do neoliberalismo a nível internacional implicou novos manejos do imperialismo, de maneira a incorporar capital numa escala inédita e numa velocidade acelerada pelos recursos tecnológicos das telecomunicações, ampliando ainda mais as fronteiras de exploração ambiental pelo mundo. A abertura das economias sob o mantra de que haveria uma globalização como uma integração econômica harmônica aprimorou a exploração agropecuária para uma modalidade integrada ao sistema financeiro e a biotecnologia, retirando da agenda qualquer perspectiva de reforma agrária e preservação ambiental real.

McMichael[490], a partir do conceito de regime alimentar, demonstra como a produção e consumo de alimentos está submetida aos imperativos da reprodução do capital desde 1870. Significa que o regime alimentar sintetiza os métodos de acumulação do capital, seu ordenamento estatal, em que se estabelecem as relações de poder em torno do processo de produção e consumo de alimentos. A competição de mercado dominada pela concentração de capital acaba por asfixiar a pequena produção, abrindo cada vez mais espaço para as grandes corporações do agronegócio. É a partir dos anos 1970 que as empresas transnacionais, favorecidas pela integração comercial, financeira e produtiva capitalista, avançavam sobre o fundo público, flexibilizavam ainda mais a legislação ambiental, flexibilizam as relações trabalhistas, tendo como orientação fundamental as ordenações dos organismos multilaterais de hegemonia estadunidense como a Organização Mundial do Comércio (OMC), Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial (BM) e Organização das Nações Unidas (ONU). A ideia de uma *governança* emerge nesse contexto, relacionada a uma influência aguda destas entidades nas definições das políticas públicas relacionadas à agropecuária dos países periféricos. Um conglomerado de empresas transnacionais apoiadas por estes organismos multilaterais passa a ter apoio financeiro, jurídico, midiático, político, de formação educacional e de pesquisa para a ampliação da sua gestão produtiva. Segundo McMichael[491], nesse processo, a padronização da lógica produtiva de acordo com os ditames destas empresas transnacionais, acopladas ao mercado financeiro, estabelecem um regime alimentar corporativo capaz de alargar suas taxas de lucro, ampliar a exploração da força de trabalho e avançar sobre os territórios de forma predatória.

Virgínia Fontes[492] afirma que estamos diante de uma exponencial ampliação da proletarização a nível global, em que a capacidade de extração de mais valor só aumentou no período de consolidação do neoliberalismo, na medida em que se ampliam as condições de precarização do trabalho e subemprego, enfraquecem-se as organizações de trabalhadores em prol de direitos sociais e trabalhistas universalistas. Os impactos das revoluções socialistas e dos governos de Estado de Bem-Estar Social seriam sepultados pela hegemonia neoliberal, de modo que o imperialismo estadunidense se fortalece principalmente pela rede de influência dos seus organismos multilaterais, formando redes de cooperação do capital por meios de empresas, novos movimentos sociais e ONGs, articulando países centrais e periféricos na consolidação de uma mobilização política ativa para os valores ético-políticos do capital: competitividade, sustentabilidade, capital social, flexibilidade etc. A retirada de direitos sociais, a expansão das parcerias público-privadas, privatização direta de serviços públicos, a abertura do fundo público ao grande capital, políticas de austeridade fiscal forjam a base da expropriação

[489] Fernandes, 2021.
[490] McMichael, 2010.
[491] McMichael, 2010.
[492] Fontes, 2010.

secundária, impactando a soberania nacional dos países periféricos e aprofundando novas formas de dependência econômica.

A partir de 1970, no calor de crises inflacionárias e explosão da dívida pública com a alta dos juros internacionalmente, a "modernização" do campo ocorre de maneira a financeirizar sua base produtiva, ampliar o emprego de alta tecnologia e concentrar ainda mais a posse e o uso da terra a partir do crescimento das grandes empresas do agronegócio.[493] Importante observar o processo desigual e combinado de expansão do setor agropecuário nesse período, de forma a reproduzir as especificidades do capitalismo no que se refere a centro e periferia. Afinal, se podemos afirmar que as empresas transnacionais estadunidenses e europeias, junto aos organismos multilaterais, tiveram protagonismo no alavancamento do agronegócio, também se observa o crescimento na América do Sul de um complexo produtivo do agronegócio estimulado por créditos subsidiados pelo fundo público, investimento em inovação tecnológica nas áreas de insumo e processamento e distribuição da produção[494]. O agronegócio, portanto, se "moderniza" mediante o investimento em biotecnologia, controlado pelas corporações financeiras transnacionais, de tal maneira que as relações de produção agroindustriais assimilam as modalidades de exploração do trabalho e financeirização do mercado neoliberal, mantendo formas mistas de controle sobre a terra, incorporando a terceirização e a incorporação do padrão flexível no processo produtivo aos moldes da teoria organizacional empresarial recente. No processo de consolidação do neoliberalismo enquanto força ideológica que traria o desenvolvimento, o agronegócio reproduz parte de seus axiomas se conclamando como a agricultura moderna capaz de lastrear um novo projeto de desenvolvimento nacional baseado na exploração fundiária, em contraposição à histórica luta por reforma agrária, defesa de uma indústria nacional, pela proteção ambiental, defesa dos povos originários e uma lógica produtiva agroecológica.

O então *novo* tipo de gestão exercido pelos conglomerados do agronegócio se realiza no contexto das reformas de Estado neoliberais que avançam após o fim da Guerra Fria, que acabam por ampliar o acesso ao fundo público para os setores empresariais transnacionais, realizando uma nova forma de relação do imperialismo em que uma rede de divulgadores científicos, a grande mídia, políticos, agentes do mercado financeiro articulam uma hegemonia, em sentido gramsciano, do agronegócio. A experiência sul-americana é exemplar para compreender o processo de incorporação de países periféricos na lógica produtiva do agronegócio, de maneira a se apropriar das suas bases produtivas agrárias dependentes destes países, de maneira a incorporá-las ao padrão produtivo flexível mundializado. Observa-se tal articulação no Brasil, com a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), na Argentina, a *Asociación Argentina de Productores en Siembra Directa* (AAPRESID) e a nível continental com a Confederação de Associações Americanas para a Agricultura Sustentável (CAAPAS), tendo como membros permanentes Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, além da colaboração de associações dos EUA, Chile, Bolívia, Canadá e México. O Grupo de Países Produtores do Sul (GPS) organiza de forma ainda mais ampla o interesse do agronegócio, pois, fundado em 2013, reunindo empresas do Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, a entidade busca uma integração regional almejando mercados internacionais. Segundo Afonso Fernandes,

> Do Brasil, participam da "rede" do GPS a ABAG, a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a Fundação Getúlio Vargas (FGV) através de seu Centro de Agronegócios (GV-Agro). Da Argentina, temos a AAPRESID, a Associação Argentina de Consórcios Agrícolas Experimentais (AACREA), a Associação de Câmaras de Tecnologia Agropecuária (ACTA), a Associação da Cadeia da Soja Argentina (ACSOJA), a Associação Argentina de Trigo (Argentrigo), a Associação Argentina de Girassol (ASAGIR), o Conselho Argentino para as Relações

[493] Palmeira; Pereira Leite, 1998.
[494] Heredia; Palmeira; Pereira Leite, 2010.

> Internacionais (CARI), a Associação de Milho e Sorgo Argentino (MAIZAR) e o Instituto para as Negociações Agrícolas Internacionais (Fundação INAI). No caso do Paraguai, estão representados o Instituto de Biotecnologia Agrícola (INBIO), o DENDE – *Dessarrollo en Democracia* e a União de Grêmios da Produção (UGP). Finalmente, do Uruguai, estão representadas as seguintes associações: Câmara Mercantil de Produtos do País (CMPP), Conselho Uruguaio para as Relações Internacionais (CURI), União de Exportadores do Uruguai (UEU), Associação de Cultivadores de Arroz (ACA) e a Associação Rural do Uruguai (ARU). Assim, o GPS além de se fazer representar e promover diversos eventos junto a organizações associadas e parceiras, bem como de organismos multilaterais, também publica relatórios e análises sobre temas de interesse do conjunto do agronegócio dos países da região, apresentando um discurso e uma agenda política comum às suas respectivas representações nacionais e constituindo-se como um dos principais espaços de contato e articulação entre a ABAG, a AAPRESID e outras instituições da trama política e acadêmica do agronegócio sul-americano[495].

Há uma rede complexa, centrada nos EUA, que articula entidades empresariais, centros de pesquisa, o mercado financeiro, governos e agências de organismos multilaterais. Afonso Fernandes aponta a *International Food and Agribusiness Management Association* (IFAMA), com a sua renomada banca de patrocinadores[496], enquanto uma rede internacional da hegemonia estadunidense no setor:

> (...) "uma ponte entre a indústria do agribusiness, pesquisadores, educadores, governos, grupos de consumidores e demais ong's", que conecta em sua rede "todo o espectro do sistema global de alimentos". Fundada em 1990 na *Harvard Business School*, sob a liderança do próprio Ray Goldberg, conta com membros em mais de cinquenta países. Em uma primeira análise, é possível constatar que em sua diretoria atual se encontram representantes de universidades e empresas transnacionais. De seus vinte e oito membros, oito são estadunidenses, quatro argentinos, quatro alemães, três holandeses, dois sul-africanos e um representante do Canadá, Costa Rica, Brasil, Nova Zelândia, Rússia e China[497].

A internacionalização do padrão produtivo do agronegócio é expressão da ação coordenada local e globalmente da agenda neoliberal de financeirização da economia, flexibilização das relações trabalhistas, privatização de serviços públicos, abertura do fundo público para o agronegócio por meio de reformas de Estado, medidas estas orientadas e assessoradas pelas organizações multilaterais. O uso da alta tecnologia é resultado desta articulação, fortalecendo os mecanismos de superexploração da força de trabalho, ampliando a extração de mais valor e a destruição ambiental.

> A internacionalização decorreu dos processos de evolução dos diferentes setores industriais a partir de uma crescente integração dos fluxos de conhecimentos técnicos, matérias-primas, bens intermediários, produtos e serviços finais através de diversos países do mundo. A multinacionalização, por sua vez, originou-se do processo de transformação das empresas nacionais em empresas internacionais e multinacionais

[495] Fernandes, 2023, p. 2416.
[496] "Entre seus patrocinadores figuram gigantes do agronegócio mundial, como: CHS Foudation, NOVUS, BMO Financial Group, BASF, Bayer Crop Science, Conservis, Dupont, a Escola de Negócios da Santa Clara University, Texas A&M *University's Master of Agribusiness.* Como parceiros, são mencionados: *Agricultural & Applied Economics Association, Food & Agriculture Organization of the United Nation*s (FAO), *Global Food Safety Forum, The Corporate Council on Africa*, *New Mexico State University, Produce Marketing Association, The World Food Prize, University of Stellenbosch, SAI Platform* e o próprio *The United States Department of Agriculture* (USDA)" (Fernandes, 2023, p. 2418).
[497] Fernandes, 2023, p. 2416.

através da expansão por diferentes países via abertura de filiais, aquisições, fusões, associações etc[498].

Ainda que se reconheça as mediações locais, as singularidades históricas de cada país, o que se observa é que há uma tendência de incorporação internacional da produção agrícola ao desígnio do agronegócio, seja na sua forma mais rudimentar e dependente, seja enquanto parte do eixo do capitalismo. O processo de concentração de capital, o controle das empresas transnacionais e agentes financeiros formulam um formato de produção industrial no campo que atualiza as relações de dominação entre países, as formas de relação de trabalho e de relação com a natureza. A desregulamentação dos sistemas financeiros dos países foi a porta de entrada para a facilitação da relação transnacional no agronegócio. O controle acionário permitiu o controle produtivo sem a necessidade de um controle direto imperialista, de forma que a supremacia econômica e um consenso pró-mercado formataram um novo manejo do imperialismo sob formas ainda mais complexas de controle econômico, operando nesse sistema de colaboração público-privado[499]. A rede de hegemonia neoliberal internacionalizou o padrão produtivo do agronegócio, desmobilizando a soberania dos Estados Nacionais por meio deste aparato de coerção e consenso internacional, bem como ativamente transformando territórios através da infraestruturação voltada para um modelo agroexportador, por meio de investimentos diretos em redes de logística para ampliação da capacidade de acesso. A retórica neoliberal de integração mundial, modernização da agricultura, abertura de capitais, ampliação da produção sustentável reduz-se a uma ilusão ideológica, que esconde uma modalidade de reestruturação produtiva imperialista.

Da Libertação de Moçambique à Ascensão Neoliberal: transformações na estrutura produtiva agrária

Moçambique, em sua história pré-colonial aos dias de hoje, tem como base produtiva a agricultura, com mais de 70% da população dedicada a atividades rurais[500]. Desta forma, a estrutura institucional do país, bem como arranjos políticos e sociais tiveram na terra, seu acesso, controle e dinâmicas de uso, a sua centralidade. Nesta seção, traçaremos um breve histórico sobre os processos políticos que determinaram a estrutura agrária, das lutas de resistência anticoloniais conduzidas pela Frente de Libertação de Moçambique – FRELIMO, até o processo de abertura política e (neo)liberalização da economia representado pelos megaprojetos infraestruturas extrativos e políticas de desenvolvimento agrícola associadas.

A FRELIMO surgiu em 1962 como uma união ampla de grupos étnicos e regionais distintos, com o objetivo de conduzir uma luta anticolonial contra o domínio português em Moçambique. A Frente foi concebida como um movimento político com orientação marxista-leninista, inspirando-se nas experiências revolucionárias da Rússia, China e Vietnã. Devido ao seu caráter insurgente, a FRELIMO não conseguia se estabelecer em Moçambique e, por necessidade de formar uma coalizão, buscou na Tanzânia sua base organizativa e de apoio. Além disso, os ideais do movimento foram profundamente influenciados pelas lutas de libertação nacional em outras colônias africanas, particularmente na Argélia, onde muitos de seus principais ideólogos se formaram politicamente. A concepção fanoniana de libertação através da violência contra os colonizadores[501] também desempenhou um papel significativo na formação de sua base teórica e prática.

[498] Delgado, 2022, p. 5.
[499] Chesnais, 2005.
[500] FAO, 2022.
[501] Fanon, 2001.

As províncias do norte de Moçambique e fronteiriças a Tanzânia, Cabo Delgado e Niassa, apesar de sua posição geográfica marginal, baixa densidade demográfica e contribuição econômica limitada, foram onde os primeiros focos de resistência e luta pela independência surgiram – essas regiões foram cruciais para dar concretude à luta anticolonial. Nelas, a FRELIMO implementou projetos de desenvolvimento e cooperativismo, aboliu a servidão e os impostos coloniais, apresentando assim um modelo alternativo ao sistema colonial[502]. Essas iniciativas funcionaram como propaganda do modelo político e social defendido pela Frente, fortalecendo a adesão local e consolidando a resistência organizada. No entendimento do líder revolucionário Samora Machel, poder e democracia não seriam coisas abstratas e a construção de espaços com condições para a materialização do poder popular, como experiência revolucionária, seria fundamental[503]. Nesse processo pioneiro de reorientação da relação do homem com a terra, a partir de bases não coloniais, forjou-se o projeto de aldeias comunais.

Em uma análise dos documentos internos da FRELIMO sobre a construção das aldeias comunais, Matine[504] explicita as tensões internas do partido. Após a ascensão das lideranças com maiores referências revolucionárias, em especial Samora Machel e Marcelino dos Santos, mudanças na gestão territorial das zonas libertas foram orientadas a um modelo de produção, divisão e coletivização. A condução da produção agrícola e industrial em situação de levante revolucionário era entendida como um ato político para criação de excedentes e financiamento da luta armada. Tal necessidade emerge como um processo intrínseco das demandas concretas do processo de luta de libertação e não a partir da importação de métodos ou ideais de outros países[505].

Outro elemento central na constituição sociopolítica de Moçambique pós-independência é a construção da unidade nacional a partir da construção de uma moral revolucionária. Neste sentido, a ideia da construção do "novo Homem" se daria a partir da dissolução da herança colonialista, obscurantista, tradicionalista e tribalista[506], elementos ainda fortemente enraizados nas práticas cotidianas, principalmente nos espaços agrícolas. A crítica a modelos baseados em tradicionalismos e divisões étnicas e territoriais impactou na diminuição do poder de lideranças tradicionais e na supressão de seu poder local por comitês dirigidos por estruturas político-militares. Essa estratégia foi uma das principais contradições que fortaleceria movimentos oposicionistas no período de instauração do primeiro governo independente e que levaria à guerra civil.

Outra contradição interna da FRELIMO se dava pelo modelo de desenvolvimento a ser adotado. Ainda que a elite intelectual da FRELIMO tivesse como base o desenvolvimento modernista industrial como referência, Machel tendia a valorizar experiências locais. No contexto da guerra civil, Machel expande as responsabilidades da FRELIMO, não apenas para se estabelecer como organização líder do movimento anticolonial, mas se voltando para ser o eixo de organização do Estado. Desta forma, da organização institucional política passa-se a buscar o estabelecimento de uma unidade nacional, reduzindo as idiossincrasias regionais através de ideais como "nós matamos a tribo para fazer nascer a nação"[507]. Somado a isso, a instabilidade política frente a guerra civil no país levou a adoção de táticas de referência maoísta por meio da mobilização camponesa e socialização do campo. Essa conjuntura revela a complexidade do projeto político da FRELIMO, que buscava conciliar modernização, tradição e unificação em um cenário de profunda fragmentação.

[502] Matine, 2021.
[503] Machel, 2019.
[504] Matine, 2021.
[505] Matine, 2021.
[506] Macagno, 2009.
[507] Machado, 2021.

Com a instauração do governo independente em 1975, o projeto de um marxismo com orientações nacionalistas e desenvolvimentistas tornou-se um eixo central do projeto político da FRELIMO, que buscava transformar o campo em base para a construção do novo Estado. A nacionalização da terra foi um marco desse processo, consolidando o controle estatal sobre os recursos naturais e garantindo que a gestão fundiária estivesse alinhada aos objetivos políticos e econômicos do governo. Nesse contexto, a criação das aldeias comunais emergiu como uma estratégia de organização espacial rural, visando fomentar a produção coletiva, a redistribuição de recursos e a construção de uma identidade nacional baseada na cooperação e na solidariedade no campo[508]. Esse esforço culminou na promulgação da primeira Lei de Terras em 1977, estabelecendo um arcabouço jurídico que institucionalizou as reformas agrárias e reforçou o papel do Estado como mediador do acesso à terra e aos seus recursos associados, princípio presente até hoje nas atuais discussões acerca da nova lei de terras.

A consolidação da FRELIMO no comando do Estado intensificou a orientação soviética de modernização econômica, com foco na industrialização promovida pela exploração do campo. Empresas estatais, tanto industriais quanto agrícolas, foram estabelecidas, e o modelo tecnocrático tornou-se predominante, moldando a política econômica e o planejamento nacional. O Estado assumiu a posição de principal agente do desenvolvimento, buscando integrar as zonas rurais à economia nacional por meio de projetos ambiciosos e de grande escala. No entanto, essa abordagem também gerou desafios, como a tensão entre a modernização forçada e as práticas tradicionais do campo, além de questionamentos sobre a eficácia da centralização no alcance dos objetivos sociais e econômicos propostos.

Após o fim da guerra civil (1992) e a implementação da nova constituição (1994), Moçambique abriu progressivamente sua economia e privatizou antigas empresas estatais, tanto de produção agrícola como industrial. Conhecida como a segunda onda de privatização[509], no início dos anos 2000, portos e ferrovias foram privatizados ou transferidos para concessões de longo prazo com arranjos público-privados. O processo de privatização foi acompanhado pelo foco em atrair Investimentos Estrangeiros Diretos (IEDs) para parcerias locais e internacionais, com projetos principalmente voltados para os setores extrativos e de mineração. Especialmente em meados dos anos 2000, as descobertas de uma das maiores reservas de carvão do mundo, juntamente com depósitos significativos de outros minerais valiosos na província de Tete, atraíram capital internacional e altas taxas de crescimento econômico.

Embora esses megaprojetos tenham gerado alto crescimento econômico e um aumento nos IEDs, os índices de pobreza e insegurança alimentar não apresentaram melhora, tanto em nível nacional quanto regional[510]. Decisões econômicas que levaram à liberalização e a políticas voltadas para a exportação têm impactos diretos e indiretos sobre conversões de terras, degradação ambiental e deslocamento de agricultores[511]. Mosca e Dadá[512] apresentam uma análise abrangente demonstrando as tendências resultantes da adoção de um modelo de economia exógena em Moçambique. Nas primeiras décadas de 2000, houve um crescimento econômico contínuo, acompanhado de aumento da dívida externa e do déficit na balança comercial. Essa condição é caracterizada pela natureza dos bens comercializados internacionalmente, com aumento das importações de alimentos e bens de consumo, e a exportação de recursos naturais e *commodities* agrícolas de baixo valor agregado.

[508] Matine, 2021.
[509] Byiers; Karkare; Miyandazi, 2020.
[510] Di Matteo; Schoneveld, 2016.
[511] Barbier, 2000.
[512] Mosca; Dadá, 2021.

Nos últimos 20 anos, novas *commodities* começaram a ser exportadas, como carvão, gás, tabaco e alumínio, demonstrando a crescente contribuição do setor primário para o crescimento econômico. Além disso, destaca-se o aumento acentuado das importações de maquinário entre 2011 e 2014[513], indicando a intensificação da exploração de recursos naturais e mecanização agrícola nesse período.

O Corredor de Desenvolvimento como estratégia

A adoção da estratégia de desenvolvimento espacial baseada na implementação de corredores é central no contexto africano atual, sendo amplamente vista como uma solução para impulsionar a conectividade e integrar economias regionais[514]. Os corredores de transporte, frequentemente definidos como conjuntos de infraestrutura projetados para facilitar o movimento de pessoas e mercadorias, transcendem a mera construção física ao estabelecer redes complexas de conectividade e reestruturação normativa e institucional onde são implementados. Eles integram diferentes modalidades de transporte, como rodovias, ferrovias e portos, criando sistemas multimodais que visam maximizar eficiência e alcance. Apesar da dominância do transporte rodoviário no continente, as ferrovias apresentam maior eficiência em termos de custos operacionais, embora envolvam custos fixos elevados, que frequentemente aumentam as dívidas governamentais e transferem encargos aos usuários[515], excluindo setores médios nacionais do usufruto da infraestrutura e concentrando em agentes com alto capital acumulado.

Em Moçambique, o processo de abertura da economia para atores transnacionais foi marcado pela implementação do Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN), que teve como ponto de partida o início das operações da mineradora brasileira Vale, em 2004. O Corredor de Nacala também é uma das estratégias prioritárias para o plano estratégico do governo para o setor agrário no período de 2011 a 2020. Esse plano prevê a criação de um ambiente favorável para que o setor privado "invista, produza, comercialize"[516], possibilitando a transformação da agricultura de subsistência em uma agricultura competitiva.

Os principais objetivos do corredor incluem a conexão da região mineradora de Tete ao Porto de Nacala, o incentivo à agricultura comercial nas terras altamente produtivas do interior da província de Nampula e a promoção da industrialização da capital da província e de outras cidades médias, como Cuamba e Nacala-a-Velha. Outro elemento-chave do corredor é a capacidade de integração regional, facilitando o comércio e o acesso ao mar de países sem litoral, como Malawi e Zâmbia. O arranjo institucional envolve privatizações, concessões totais ou parciais e parcerias entre investidores nacionais e internacionais[517].

Com o transporte de 18 milhões de toneladas ao ano, o carvão domina os volumes de comércio na linha ferroviária de Nacala, refletindo a atenção política atual ao modelo de acumulação por meio da indústria primária extrativista[518]. Outras cargas chegam a 4 milhões de toneladas/ano e alcançam, através de conexões intermodais, a mercados em Malawi, Zâmbia e DR Congo. Portanto, seguindo a conceituação de Nogales[519] sobre corredores, o objetivo do Corredor de Nacala não era servir apenas como um corredor logístico, mas como um corredor de desenvolvimento integrado. Isso se torna evidente à medida que diversas iniciativas passam a ser implementadas ao longo do corredor,

513 World Bank, 2022.
514 Lombard, 2022.
515 Lamarque; Nugent, 2022
516 Kato, 2019; MASA, 2015; *National Development Strategy*, 2014.
517 Kato, 2019.
518 Byiers; Karkare; Miyandazi, 2020.
519 Nogales, 2014.

aproveitando a estrutura institucional e de infraestrutura. Projetos governamentais financiados pelo Banco Mundial, como o Projeto de desenvolvimento de irrigação sustentável - PROIRRI[520] - ou por outras organizações de desenvolvimento internacional, como o Projeto de promoção de mercados rurais - PROMER[521] -, além de vários projetos da União Africana e de outras instituições transnacionais, formaram uma "teia complexa de projetos e iniciativas"[522] conectados em maior ou menor grau com atores locais, porém, essencialmente voltados a produção e circulação de capital no meio rural[523].

ProSavana: o estabelecimento da base de uma economia exógena

Na esteira das mudanças físico-espaciais impulsionadas pelo corredor, o programa de cooperação trilateral entre Moçambique-Brasil-Japão, ProSavana, tinha como objetivo a reestruturação econômica-institucional para expandir os benefícios infraestruturais para além do setor de extração mineral. O programa foi assinado em 2009 de maneira pouco transparente e sem acompanhamento de organizações civis, só sendo divulgado ao público em 2013, após pressão de organizações sociais locais e internacionais[524]. O ProSavana abrangia 14 milhões de hectares, em 19 distritos das províncias de Nampula, Zambézia e Niassa. Seu objetivo era "reverter a situação atual", promovendo a transição da agricultura familiar tradicional para uma produção competitiva, utilizando técnicas e sistemas que aumentem a produtividade. Para isso, o programa previa a facilitação do acesso a insumos agrícolas, desenvolvimento de infraestrutura produtiva, apoio às organizações de agricultores, investimento em pesquisa e estratégias de financiamento rural[525].

Em 2015, o governo desenvolveu um plano diretor voltado para o setor agrícola no corredor de Nacala, tendo o ProSavana como núcleo central e expandindo algumas de suas visões iniciais. O plano apresenta uma forte orientação para exportação e destaca que, para ser plenamente realizado, o aumento da produtividade deve estar ligado à melhoria da renda dos agricultores, permitindo um melhor acesso aos mercados que ofereçam preços mais vantajosos para sua produção. A visão do plano propõe que "um setor agrário próspero, competitivo e sustentável" possa oferecer soluções para "desafios de segurança alimentar e nutricional" e atingir mercados globais[526]. Contudo, o plano diretor não explicita quais tipos de mercados e em que escala os agricultores operariam. Embora reconheça a importância dos pequenos agricultores, o plano se concentra nos agricultores emergentes – propriedades de até 10 hectares – visando sua conversão para uma lógica de exploração comercial e empreendedorismo[527]. Porém, na prática, o programa estava voltado a grandes explorações comerciais, monocultivo de *commodities* para o mercado internacional e a atração de capital internacional, como se observa na promoção do programa para investidores brasileiros, expresso pela fala do presidente da Associação Mato-Grossense dos Produtores de Algodão (AMPA): "Moçambique é um Mato Grosso no meio da África, com terra de graça, sem tanto impedimento ambiental e frete mais barato para a China"[528].

[520] Projeto de desenvolvimento de irrigação sustentável (*Sustainable Irrigation Development Project),* financiado em 2019 pelo Banco Mundial. Acessado em 02/01/2025: https://tinyurl.com/msjcvsyn
[521] Programa de promoção de mercados rurais (*Rural Markets Promotion Programme*) financiado pelo IFAD entre 2008-2021. Acessado em 02/01/2025: https://tinyurl.com/bdepe4zv
[522] Byiers; Karkare; Miyandazi, 2020.
[523] World Bank, 2018
[524] Grain; UNAC, 2015.
[525] MASA, 2015.
[526] MASA, 2015.
[527] Garcia; Kato, 2019.
[528] Mello, 2013

A implementação do projeto gerou ansiedade e temores de expropriação de terras e conflitos[529]. Casos reportados de conflitos devido a aquisições de terras sem o devido consentimento da população local, além de mudanças na cobertura do solo coincidem em regiões específicas do corredor[530], e a onda de conflitos se concentra entre os anos de 2007 a 2017[531]. Uma aliança internacional para resistir ao projeto foi organizada, fomentada por movimentos sociais brasileiros e moçambicanos[532]. O plano diretor foi revisado diante das mudanças no contexto internacional, que impactaram as empresas transnacionais brasileiras. Essas mudanças decorreram de fatores como: os efeitos da Operação Lava Jato, o golpe de 2016 contra a presidenta Dilma Rousseff, a ascensão do governo Bolsonaro – marcado por forças neofascistas e entreguistas – e a pandemia[533]. Tais eventos levaram à reorientação da política externa brasileira, em meio à flutuação dos preços das *commodities* e a choques econômicos, culminando na suspensão do ProSavana[534]. Com isso, o ritmo de implementação de projetos no corredor diminuiu e o modelo de desenvolvimento rural nacional foi reorientado para uma outra lógica, a base do que viria a ser o programa SUSTENTA.

Desta forma, o projeto ProSavana, se enquadra em um modelo de desenvolvimento calcado no modelo do agronegócio, em que forja um liberalismo nas relações produtivas no campo, submetidas ao subimperialismo brasileiro e o imperialismo estadunidense mediante as prescrições de seus organismos multilaterais e empresas, baseando-se em investimentos concentrados em setores estratégicos para a exportação de *commodities*. Somado a isso, o projeto é caracterizado pela dependência da injeção de capital fixo, em megaprojetos de infraestrutura que, ainda que não concebidos para o setor agrário, servem de subsídio material e justificativa para o projeto. Outro aspecto relevante é a condução da gestão e do desenvolvimento, que envolveu uma articulação entre Estados – Brasil, Japão e Moçambique –, agências internacionais, como o Banco Mundial, o Banco Africano de Desenvolvimento e a Agência Japonesa de Desenvolvimento, e grandes atores do capital privado, incluindo empresas como a Vale, construtoras brasileiras e produtores rurais moçambicanos e brasileiros[535].

Programa SUSTENTA: uma nova transição para a lógica do agronegócio

O novo e o velho: o Programa SUSTENTA

O programa SUSTENTA é um programa financiado pelo Banco Mundial e descrito como um "projeto de gestão de agricultura e recursos naturais"[536]. Ele é atualmente o principal programa de desenvolvimento rural implementado pelo governo a nível nacional e descrito como um programa de "integração da agricultura familiar em cadeias de valor produtiva que tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos agregados familiares rurais"[537]. O programa, embora vinculado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, sob a gestão do Ministério de Agricultura e Desenvolvimento Rural, possui autonomia administrativa e financeira, o que lhe confere maior flexibilidade e um papel estratégico dentro da estrutura político-institucional do Estado.

---

529 Gonçalves, 2020.
530 Para saber mais: https://landmatrix.org/. Acessado em 02/01/2025.
531 Paris; Rienow, 2023.
532 Grain; UNAC, 2015.
533 Para saber mais: https://tinyurl.com/mrxbz6zw. Acessado em 02/01/2025
534 Silva, 2020; Diário Economico, 2020.
535 Para saber mais sobre os investidores do ProSavana: https://tinyurl.com/8fkwzdc7. Acessado em 02/01/2025.
536 FNDS, 2020.
537 FNDS, 2020.

Desenvolvido em 2016 e inicialmente implementado como projeto piloto em três distritos, recebeu, em 30 de junho do mesmo ano, um financiamento de 40 milhões de dólares. Após a revisão do programa em julho de 2019, quando passou a abranger todo o território nacional, foi aprovado um aporte adicional de 60 milhões de dólares. No entanto, a ausência de transparência na transferência desses recursos, bem como modos de contratações, que não são registrados no Orçamento Geral do Estado, têm gerado críticas por parte de organizações da sociedade civil[538].

O programa opera com base em um modelo que promove a disseminação de tecnologias e insumos agrícolas por meio de Pequenos Agricultores Comerciais Emergentes (PACEs). Esses intermediários têm a função de organizar pequenos agricultores (PAs), tanto na comercialização e distribuição de kits agrícolas específicos quanto na oferta de serviços, como o aluguel de maquinário. Em contrapartida, os pequenos agricultores destinam sua produção aos PACEs, que, conceitualmente, já estão integrados às cadeias de valor, facilitando o escoamento e a comercialização dos produtos. Além disso, o programa incorpora o envolvimento de indústrias de transformação e empresas fomentadoras, que se beneficiam de linhas de crédito especificamente direcionadas, com condicionantes, como de que estejam alinhadas às dinâmicas da cadeia de valor estabelecida.

Os agentes do programa são selecionados após a submissão de interesse através de critérios quantitativos relativos à área e capacidade de exploração. Os PAs são determinados pela pré-disposição para produzir numa área mínima de 1 hectare. Os PACEs são divididos em 2 subcategorias, o semicomercial, com área de 5 a 50 hectares, e o comercial com mais de 50 hectares; ambos têm a obrigatoriedade de integrar 100 PAs no seu processo produtivo; devem possuir experiência de produção orientada para o mercado; e ser residente ou ter operações no local onde pretende implementar o seu projeto. Já as empresas devem ser compradoras de produção local, ser fomentadoras das cadeias de valor determinadas pelo do programa e ser processadoras das culturas[539].

O acesso a recursos é divido entre as três categorias como:

- INTEGRADO (PA) – crédito a insumos até 60.000,00 MT[540], em espécie reembolsável também em espécie ou em dinheiro em 12 meses;
- INTEGRADOR (PACE semicomercial) – crédito até 3.000.000,00 MT, para insumos, 2 para mecanização e 6.000.000 MT para ordenamento produtivo;
- INTEGRADOR (PACE comercial) – crédito até 60.000.000,00 MT, para investimento e tesouraria;
- Empresas Âncora – crédito mínimo de 30.000.000,00 MT com condições específicas[541].

Uma característica chave do programa que o situa dentro de um modelo neoliberal contemporâneo imperial é que quase 75% dos recursos estão dedicados a linhas de financiamento e crédito, enquanto o restante se divide entre planejamento e coordenação, apoio a mercados, salvaguardas sociais e ambientais, infraestruturação e transferência de tecnologia. A redução de investimentos em tecnologia e infraestrutura é um indicativo do foco numa economia externalizada, na geração de dívida e no controle de processo de desenvolvimento por meio de instituições privadas. Somado a isso, a orientação mercadológica do programa está presente nos determinantes de seleção e financiamento dos beneficiários, independentemente da categoria, e a produção de bens para exportação ou alimentação a cadeias de valor interna. Esse determinante implica a transferência de valor dos espaços rurais e a concentração de capital em centros urbanos, o que contradiz algumas das

538 Bande *et al*., 2023; Capaina; Mosca; Nova 2024.
539 Capaina, 2023; Capaina; Mosca; Nova, 2023.
540 A referência de câmbio de meticais moçambicanos para dólar em fevereiro de 2025 é 1US para 63,89 MT.
541 FNDS, 2025

prioridades assinaladas pelo programa como segurança alimentar e reforça o entendimento de inclusão social apenas por meio do consumo sanado por crédito oferecido na adequação do trabalho camponês ao circuito internacional do capital.

Dentro do escopo do SUSTENTA, há um subsídio ao pequeno produtor para a regularização e titularização da propriedade. Nesse contexto, embora não diretamente vinculado ao programa, o Banco Mundial financia, no mesmo período e sob a gestão do mesmo Fundo (FNDS), um projeto voltado à demarcação e legalização de terras em Moçambique. O objetivo principal, segundo a entidade, é "fortalecer a segurança da posse da terra"[542] em 71 distritos, o que representa cerca de 45% do território nacional, além de "melhorar a eficiência e a acessibilidade dos serviços de administração da terra"[543]. Entre as metas estabelecidas, estão a delimitação territorial e a criação de planos de microzoneamento em 1.200 áreas, bem como a regularização e o registro de 2.000.000 de DUATs (Direitos de Uso e Aproveitamento da Terra).

Esse projeto é implementado no contexto das discussões sobre a revisão da Lei de Terras, que têm gerado preocupação entre organizações sociais. Alguns pontos propostos na nova legislação são considerados retrocessos em relação às normas vigentes, especialmente no que diz respeito à proteção dos direitos de posse das comunidades locais e à gestão sustentável do território. O projeto de demarcação e regularização fundiária destaca-se como parte de um esforço mais amplo para redefinir o acesso e o uso da terra em Moçambique. Uma vez que a legislação de 1975 garante a propriedade centralizada estatal e o direito a uso e aproveitamento aos moçambicanos, a atual proposta de revisão flexibiliza a apropriação privada e reduz as garantias de gestão local, consentimento e informação[544]. Desta maneira, organizações sociais com grande presença no debate público como a ANAC (Associação Nacional dos Camponeses), o OMR (Observatório do Meio Rural) e CIP (Centro de Integridade Pública) expressam preocupações sobre potenciais retrocessos em relação à legislação vigente, especialmente no que tange à proteção dos direitos das comunidades locais. Apesar dessas críticas, o presidente reafirmou, em comunicado oficial, que os princípios fundamentais da lei de 1997 serão mantidos. Entre esses pontos estão a propriedade estatal da terra e dos recursos naturais, o direito universal de acesso à terra para todos os moçambicanos e a proteção dos direitos adquiridos pelas famílias e comunidades locais.

Ao mesmo tempo, o governo sublinha a importância de ampliar o envolvimento do setor privado na gestão e uso da terra. A nova lei busca fomentar maior produção e produtividade agrícolas, promovendo a entrada de capital na produção e gestão da produção agrícola. De acordo com o discurso do Presidente no lançamento do processo de revisão, "o Governo pretende um maior envolvimento do sector privado para aumentar a produção e produtividade agrícola, e assegurar uma maior integração dos produtores nacionais nos mercados nacionais e internacionais"[545]. Esse direcionamento reflete uma tentativa de equilibrar os direitos históricos das comunidades com as demandas de modernização econômica, mas também evidencia os desafios de harmonizar interesses comunitários com as pressões de um modelo de desenvolvimento baseado na liberalização e na atração de investimentos privados – o que acaba por ensejar a lógica privada nas relações produtivas, ainda que mediadas por uma legislação que mantém a base pública como um legado da revolução de libertação nacional.

O programa SUSTENTA, portanto, não é apenas uma reestruturação do ProSavana, porém representa a introdução de uma nova lógica de acumulação e circulação de capital globalizado e de gestão do trabalho rural. A acumulação, ainda que determinada pelo binômio Estado-Capital, tem uma

[542] FNDS, 2025a..
[543] FNDS, 2025.
[544] Acessado em 02/01/2025: https://naturaljustice.org/.
[545] Cf. https://tinyurl.com/s4bc6w69

redução do Estado enquanto agente centralizador, principalmente dos Estados do bloco do Norte global, ascendendo países emergentes e agentes transnacionais desterritorializados. A esfera da circulação se apresenta sob novos manejos das forças imperialistas junto aos organismos multilaterais e suas parceiras, as empresas transnacionais[546], dominada por uma lógica única, de subserviência ao rentismo e financeirização da economia[547]. A gestão do trabalho é caracterizada pela emergência de novas formas de atividades dependentes, que combinam formas de desregulação e informalidade, com dependência de determinações do mercado internacional[548]. O que se vê é a formação de uma massa de trabalhadores híbridos, semiproletários[549], que têm suas vidas determinadas pela dinâmica industrial da produção comercial, mas dependem da terra para a reprodução da vida por meio da produção de subsistência e de circuitos locais de trocas.

Analisando os impactos locais do Programa SUSTENTA

Durante o ano de 2023, como parte de uma investigação de campo no contexto do desenvolvimento de uma tese de doutoramento, foram realizadas uma série de entrevistas com diversos atores sociais impactados pelo corredor de desenvolvimento de Nacala. As cerca de 45 entrevistas foram conduzidas com associações de camponeses, pequenos produtores rurais integrados em sistemas comerciais e produtores de médio porte (sendo ou não participantes do programa SUSTENTA como PACEs) em 6 distritos, a saber: Nacala-a-Velha, Monapo, Nampula, Ribaue, Cuamba e Lichinga. As entrevistas seguiram um modelo aberto e foram associadas a outros dados como de observação participativa em campo e grupos de discussão focais. Posteriormente, as transcrições foram codificadas por temas e estruturadas. Esses dados oferecem uma visão aprofundada das dinâmicas locais e das transformações sociais e econômicas associadas à implementação do corredor.

Entre os camponeses entrevistados, destacou-se a percepção de agência em suas decisões sobre trabalhar ou não nas empresas associadas ao corredor. Trabalhar para empresas comerciais é uma opção, porém, algo que não garante capital rápido para resolver momentos de crise. Contudo, muitos relataram processos que se enquadram na definição de semiproletarização, ou seja, a produção familiar frequentemente não é suficiente para garantir a subsistência, obrigando-os a buscar trabalho nas empresas próximas que, por sua vez, não garantem rendimentos financeiros para sua reprodução social assalariada. Assim, esses camponeses se tornam duplamente presos à terra e ao capital. Além disso, as relações de dependência foram um tema recorrente, especialmente no que diz respeito ao Estado e ONGs, que desempenham um papel crucial na garantia da segurança de posse da terra e na mediação de negociações em casos de conflitos territoriais – além de serem fundamentais na implementação de projetos de transferência tecnológica e acesso a capital produtivo, como sementes, sistemas de irrigação e armazenamento. Sobre a adaptação ao novo modo de produção, há um estranhamento, um líder local descreveu que:

> Depois que chegou à empresa, algumas pessoas foram trabalhar lá. Outras ficaram só com o que fazem nas *machambas* [pequena propriedade individual], (...) mas aquilo é dedicado a ela mesma, não dá pra vender. (...) Nós aqui da comunidade não estávamos acostumados a trabalhar numa empresa, é uma dificuldade. Você vai trabalhar, depois esperar o salário. Melhor trabalhar na *machamba* que vai ter comida garantida[550].

[546] Fontes, 2010.
[547] Hardt; Negri, 2003.
[548] Gago, 2017.
[549] Tilzey, 2018.
[550] Líder da localidade de Chicá, outubro, 2023.

Na mesma localidade, um camponês apresentou as dificuldades financeiras em relação ao acesso a insumos controlados pela empresa, a resignação frente a dificuldades financeiras e estratégias extrativistas como solução imediata:

> O problema é conseguir adubo, porque tem que comprar na loja [de propriedade da empresa]. Quando consegue, compra, mas se não tem dinheiro, fica assim mesmo. Fica sem fazer, a produzir pouco. (...) Ou limpa o terreno pra fazer carvão e vender na estrada, que assim ganha dinheiro fácil[551].

Mesmo nos territórios camponeses, as empresas foram identificadas como atores centrais, tanto por suas iniciativas de compensação – que incluem a implementação de infraestrutura básica nas vilas, como água, energia e escolas –, quanto pela oferta de emprego, treinamentos, compra de excedentes agrícolas para comercialização e acesso a insumos, como sementes, fertilizantes e maquinário. Por outro lado, os camponeses demonstraram estratégias de auto-organização por meio de cooperativas, que essencialmente possuem caráter técnico, como oferta de infraestrutura de armazenamento de grãos ou tratores, e mercadológico, para vendas em escala e acesso a intermediários em cadeias de valor consolidadas.

> Aqui temos um fórum com 14 associações. E temos agora um armazém. Antigamente, nós não tínhamos o armazém melhorado. Nossos cultivos, estávamos guardando no relento, em cima das casas. (...) aí, tivemos esse projeto com o Programa Mundial de Alimentos [ONU]. (...) a ORAM [ONG local] também ajudou-nos com uma represa. Nós também temos aqui uma moto-bompa como benefício da associação[552].

No entanto, houve casos em que cooperativas ou iniciativas produtivas seriam lideradas por uma elite urbana que usa do espaço rural como meio de investimento de excedente de capital, como profissionais liberais e funcionários públicos que, ao centralizar a organização produtiva e o acesso aos produtores, também controlam a compra, o processamento e a comercialização de produtos – ou seja, a dominação da cadeia de fluxos, porém não necessariamente do território.

> O gergelim, então, já era uma cultura que era produzida pelas pessoas. Você não introduziria uma nova cultura, como a soja [incentivada por agências internacionais]. Quando pensei em fazer o óleo de gergelim não se apoiava muito essa cultura. Comecei em 2018. Tenho tempo. (...) e eu tive que botar uma máquina pequena. Mandei vir da China para fazer testes e tudo. Comecei a vender em pequenas quantidades. Vender aqui, vender ali e tal. Então, achei que era uma coisa que tinha viabilidade econômica[553].

Seis entrevistas foram realizadas com proprietários de empresas agrícolas comerciais médias atuantes na área. As entrevistas revelaram uma autopercepção centrada em um papel de agentes de desenvolvimento nas áreas onde atuam. Os empresários enxergam suas atividades como um esforço para levar progresso a regiões marginalizadas, onde o governo não tem alcance efetivo. Nesse contexto, percebe-se a performatividade de uma ideologia empreendedora. Percebem seu trabalho como uma luta contra adversidades, enfrentando desafios como a falta de infraestrutura, a volatilidade dos mercados e as dificuldades logísticas, enquanto buscam se manter contrariamente a um Estado que não os apoia e uma população local com práticas incompatíveis aos seus objetivos.

> A gente ainda não tira nenhum rendimento dali. O negócio ainda não se paga... Não sobrevive por si só e temos que trabalhar em outro sítio. (...) Porque não há acesso a

[551] Pequeno agricultor em Chicá, outubro, 2023.
[552] Grupo focal na comunidade de Matharya, outubro, 2023.
[553] Pequeno empresário da cidade de Nampula, outubro, 2023.

> financiamento. Então todo mundo [empresários] tem que ter além da sua operação, um trabalho qualquer, uma fonte de renda extra[554].

Sobre a relação com as comunidades, há uma posição paternalista e desenvolvimentista, porém também uma constante negociação e instabilidade, explícita ou velada:

> Empregamos a maioria de trabalhadores locais. (...) Se tu queres trabalhar no campo, tu estás a fazer plantação, não queres ter problema, problemas de queimada, não sei o quê, tem que incutir a ideia na comunidade local. Eu sou dono, mas a terra também pertence a eles. (...) Porque para eles é que tem um grande benefício. Meu investimento é de mais ou menos cinco anos. Você tem que injetar dinheiro e não tira nada (...) então, se a população beneficia quando acaba a mês, sabe que tem o seu salário, não tem por que vandalizar a plantação[555].

Suas relações com o governo também são marcadas por contradições. Embora frequentemente expressem desconfiança e críticas à inconsistência dos projetos governamentais e à falta de benefícios diretos, esses agricultores mantêm vínculos próximos com autoridades locais e nacionais. Em muitos casos, essas conexões resultam em favores e facilidades administrativas, mostrando que, apesar das críticas, existe uma interdependência significativa entre os proprietários comerciais e os governos locais e nacionais.

> Para o trabalho que eu faço na comunidade, em condições normais, eu não deveria de ficar a transpirar para ter financiamento com o governo. Isto [o investimento] vai diminuir o desemprego na comunidade onde o próprio governo não consegue chegar. Então, essa seria a primeira preocupação do governo, chegar e ver o projeto que você está a fazer, quais são os benefícios. O maior benefício que é da população[556].

Além disso, a relação com ONGs e agências de desenvolvimento desempenha um papel estratégico para esses agricultores. Em várias ocasiões, organizações de cooperação se tornam parceiras, comprando sementes de suas empresas para projetos humanitários ou de desenvolvimento rural. Essas parcerias também incluem a realização de treinamentos organizados por ONGs, que contribuem para a capacitação técnica e a expansão das atividades agrícolas.

> Nós tivemos agora um programa com o GIZ, que é dos alemães. Portanto, essa formação de apicultura e essas coisas foram eles que deram. Eles é que pagaram. (...) Tiveram uma visita há pouco tempo lá. Organizaram, contrataram a empresa que fez a formação e tal. Então esse tipo de coisas interessa. Mas é muito específico. Agora, nestes programas, os gajos [ONGs] ganham com os seus próprios interesses (...) São uns agentes de uma agenda que tu não sabes... Não sabes mesmo, literalmente, não sabes, que tipo de coisas estão minimamente interessados. (...) Andam por ali, tem muitas agendas, mas de verdade, onde é que está o desenvolvimento que eles estão querendo fazer? Eu não gosto da forma como eles operam[557].

Os relatos passam a impressão de uma relação de desconfiança, porém inevitável, pois são os agentes com condição de investimentos. Esse tipo de relação reforça a posição dos médios proprietários rurais como intermediários importantes, muitas vezes se autointitulando como porta

554 Produtor comercial contatado em Nampula, setembro, 2023.
555 Produtor comercial de macadâmia, Lichinga, setembro, 2023.
556 Produtor comercial de macadâmia, Lichinga, setembro, 2023.
557 Produtor de sementes, Nampula, outubro, 2023.

vozes das comunidades, i.e., *gatekeepers*, determinando a relação entre o governo, o setor privado e as iniciativas de desenvolvimento global.

Conclusão

A presente análise do Programa SUSTENTA mostrou as características do avanço do capital do agronegócio sobre Moçambique e suas tensões em relação à realidade moçambicana. Desenvolvemos um breve histórico sobre as iniciativas transnacionais mediadas por organismos multilaterais em escala internacional e o caso de paulatinas adequações do padrão produtivo agrícola moçambicano ao plano neoliberal em que se opera o controle sobre a terra, financeirização, controle sobre os insumos do processo produtivo e instrumentos de trabalho, orientação técnica e de gestão. O Corredor Logístico Integrado de Nacala (CLIN), o ProSavana, PROIRRI e PROMER e o Programa SUSTENTA seguem uma lógica geral comum, ainda que com as mediações específicas de cada projeto. De forma geral, introduzem o léxico neoliberal da *competitividade* de mercado na lógica produtiva moçambicana.

O Programa SUSTENTA reúne a versão de política pública neoliberal mais atualizada, partindo de uma concepção privatista, alinhavada pela relação público-privada que administra uma rede de agricultores por meio de crédito, insumos produtivos, instrumentos de trabalho, formação técnica em regime de *parceria* com o Estado moçambicano e o empresariado. A parceria público-privada é incorporada seguindo os ditames dos organismos multilaterais, principalmente as indicações do Banco Mundial. Algo notório no sinuoso processo, ainda em andamento, de reforma de Estado, que visa novas regras para a delimitação da terra. Por conseguinte, forja uma cadeia produtiva que estimula a dependência dos trabalhadores rurais e acena com uma regulamentação da terra organizada pelo Banco Mundial por meio do Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável (FNDS), que pode introduzir a figura jurídica privada, ainda que de forma supostamente controlada pelo Estado. O conceito de competitividade surge como um elemento que tensiona pela flexibilização do caráter público da terra, podendo ser um movimento inicial do capital para permitir uma padronização fundiária, desmobilização da lógica comunal com vistas para a possível privatização e formação de latifúndios. No entanto, como apresentado, o legado da luta de libertação nacional e a comunalidade da terra ainda são elementos fortes na cultura e organização econômica local.

Os relatos de camponeses e pequenos empresários mostram o quanto já se desenvolvem processos de semiproletarização no campo, quando famílias não conseguem seu sustento e acabam trabalhando para as empresas mais próximas. A presença das ONGs na mediação dos conflitos de terra e assessoria técnica revela o quanto a transnacionalidade do processo produtivo se emaranha numa rede privada que ameaça a soberania nacional e autonomia produtiva dos camponeses, forjando dependência em relação aos insumos da produção e crédito e ações educacionais para a assimilação de tal padrão produtivo. O relato de camponeses que não conseguem pagar pelos insumos é um sinal deste controle econômico exógeno, que afeta a soberania nacional no que se refere à autonomia produtiva agrícola e industrial. Ao mesmo tempo, contraditoriamente, diante das dificuldades cotidianas, os camponeses encaram as ações das entidades privadas como humanitárias, compensatórias e importantes para a realização de políticas públicas na área de saúde, educação e infraestrutura.

A relação público-privada se revela exemplarmente no depoimento a seguir:

> Eu escolhi investir na produção do gergelim, porque percebi que a província tinha índice de desnutrição crônica elevadíssima. E eu luto para contribuir para a igualdade. (...) Fazer alguma coisa não para ganhar dinheiro. Mas eu quero ganhar dinheiro, sim. (...) Este projeto que eu estou a fazer é para que as pessoas possam pegar. Se calhar, o impacto pode não ser comigo. Não espero impactar imediatamente. Mas eu espero

> que as pessoas possam pegar esta ideia e desenvolver e reduzir a desnutrição crônica[558].

A rede de entidades privadas corrobora o consenso da lógica neoliberal de suposta harmonia entre o público e o privado. A *sustentabilidade* surge como uma relação virtuosa entre lucro, desenvolvimento humano, combate à fome e preservação ambiental. A formação de um projeto nacional de desenvolvimento poderia ser atingida por esta suposta relação *modernizante* do empresariado transnacional do agronegócio junto aos camponeses moçambicanos.

Como apresentado, os limites naturais impostos pelo Antropoceno são resultado da ação humana, da lógica totalizante, industrial e destrutiva do capital. A ampliação de terras agricultáveis para uma exploração sem limites, o uso industrial de água potável, formação de mercado consumidor para biotecnologia, maquinário e fertilizantes são, justamente, as forças causadoras do Antropoceno. A relação entre global e local nos parece que está expressa na relação metabólica sob a qual o agronegócio internacional subsume as relações culturais, produtivas e políticas de Moçambique, em sua busca por assimilar os elementos da cultura local moçambicana para uma perspectiva neoliberal, naturalizando o processo de formação do Antropoceno como virtuoso. Afinal, o limite não é o da natureza ou das necessidades humanas mais básicas, mas é o da margem de lucro. Como o pequeno empresário moçambicano afirma: “E eu luto para contribuir para a igualdade. (...) Fazer alguma coisa não para ganhar dinheiro. Mas eu quero ganhar dinheiro, sim”. A esperança humanitária e ecológica teria sido encapsulada na mercadoria.

Acreditamos que estamos diante de uma hegemonia do agronegócio, calcada nos valores ético-políticos neoliberais, que enfrenta as heranças da perspectiva comunal sobre a terra, erguidas ao longo da sua história de resistência e libertação nacional. Como Marx já havia mostrado, o capital se expande em todas as direções e nos parece que a rede do agronegócio chega ao Moçambique metabolizando pacientemente os entraves ao seu avanço. Cabem às lutas populares ditarem os próximos passos deste complexo processo de transformação produtiva em andamento. Está em jogo duas tendências: o prosseguimento da metabolização do capital sobre o sistema comunal moçambicano, em que continuará reforçando a tendência global de dependência econômica a partir da implantação da cadeia produtiva do agronegócio, estabelecendo bases de dominação imperialistas ainda mais profundas; ou a afirmação de um projeto alternativo de resistência, mantendo a comunalidade e as pequenas propriedades numa perspectiva soberana.

Bibliografia

Angus, Ian, 2023, *Enfrentando o Antropoceno: Capitalismo fóssil e a crise do sistema terrestre*. São Paulo: Boitempo.

Bande, Aldemiro; Chilundo, Zanele; Essinalo, Gi; Egas Jossai; 2023, *O Lado Oculto Do Sustenta* (Procurement Público e Parcerias Público Privadas), Maputo: CIP : Centro de Integridade Pública.

Barbier, Edward, 2000, ‘Links between Economic Liberalization and Rural Resource Degradation in the Developing Regions’, *Agricultural Economics*, v. 23, n. 3, p. 299–310.

[558] Pequeno empresário da cidade de Nampula, outubro 2023.

Bruce Byiers, Bruce; Karkare, Poorva; Miyandazi, Luckystar, 2020, *'A Political Economy Analysis of the Nacala and Beira Corridors'* (discussion paper). Disponível em: https://tinyurl.com/58xrn6n6.

Capaina, Nelson, 2023, *Programa Sustenta: Alguns Aspectos Críticos*. *Observatório do Meio Rural.* Destaque rural, n. 239. Disponível em: https://tinyurl.com/2hjmzfh3.

Capaina, Nelson; Joao Mosca; Yara Nova, 2023, 'SUSTENTA: (In)Sustentável!?' *Observatório do Meio Rural.* Destaque rural, n. 210. Disponível em: https://tinyurl.com/55dcbkn3.

_____2024, *Análise Do Projeto Sustenta (2017-2019)*, Observador Rural, Maputo: OMR.

Di Matteo, Filipe; Schoneveld, George, 2016, *Agricultural Investments in Mozambique: An Analysis of Investment Trends, Business Models and Social and Environmental Conduct.* Center for International Forestry Research: CIFOR.

Diário Economico, 2020, '*Será o Fim do ProSavana Uma Oportunidade Para a Agricultura?',* Diário Economico (blog). Disponível em: https://tinyurl.com/mry6wpwn.

Fanon, Franz, 2001, *The Wretched of the Earth*. London: Penguin Books.

FAO, 2022, *Employment Indicators: Agriculture and Agrifood Systems*, Dataset: FAOSTAT, Disponível em: https://www.fao.org/faostat/.

Fernandes, Afonso Henrique, 2023, 'Agronegócio e Organizações Internacionais (Primeiros Apontamentos)', *Cuadernos de Educación y Desarrollo,* v. 15, n. 3, p. 2405–2423.

Florestan Fernandes, 2021, *Capitalismo Dependente E Classes Sociais Na América Latina*. São Paulo: Global Editora.

FNDS, 2020, 'Programa SUSTENTA'. *Ministério Da Agricultura e Desenvolvimento Rural*. Dispomível em: https://tinyurl.com/3v622jsx

_____2025, 'Linhas de Credito Sustenta'. *Ministério Da Agricultura e Desenvolvimento Rural*. Disponível em: https://www.fnds.gov.mz/index.php/pt/.

_____2025a, 'Mozland (Terra Segura)'. *Ministério da Agricultura e Desenvolvimento Rural.* Disponível em: https://tinyurl.com/yc5ceu2e.

Fontes, Virgínia, 2010, *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ.

François Chesnais, 2005, *A Finança Mundializada*. São Paulo: Boitempo.

Friedrich Engels, 2009, *The Condition of the Working Class in England*. London: Penguin Books.

G. Delgado, 2022, *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio*, Editora da UFRGS, p. 5.

Gago, Verónica, 2017, *Neoliberalism from Below: Popular Pragmatics and Baroque Economies.* Durham: Duke University Press.

Garcia, Ana; Kato, Karina, 2019, 'A Road to Development? The Nacala Corridor at the Intersection between Brazilian and Global Investments', *BRICS and the New American Imperialism*, https://tinyurl.com/5bk828cu

Gellert Paris, Ricardo; Rienow, Andreas, 2023, 'Using Geospatial Data to Identify Land Grabbing. Detecting Spatial Reconfigurations during the Implementation of the Nacala Development Corridor in Mozambique with Remote Sensing and Land Conflicts Databases'. *European Journal of Remote Sensing*, v. 56, n. 1.

Gonçalves, Euclides, 2020, 'Agricultural Corridors as 'Demonstration Fields: Infrastructure, Fairs and Associations along the Beira and Nacala Corridors of Mozambique', *Journal of Eastern African Studies,* v. 14, n. 2, p. 354–374.

GRAIN; UNAC, 2015, *The Land Grabbers of The Nacala Corridor*. Disponível em: https://tinyurl.com/ynuedyvu.

Hardt Michael; Negri, Antonio, 2003, *Empire*. Cambridge: Harvard University Press.

Heredia, Beatriz; Palmeira, Moacir; Pereira Leite, Sérgio, 2010, 'Sociedade e Economia Do 'Agronegócio' No Brasil', *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 159–176.

Hobsbawm, Eric, 2021, *Era Dos Extremos: O Breve Século XX: 1914-1991.* São Paulo: Companhia das Letras.

Kato, Karina, 2019, 'Traçando a Saída Para o Desenvolvimento: O Caso Do Corredor de Nacala Em Moçambique'. *Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 27, n. 2.

Klein, Naomi, 2014, *This Changes Everything: Capitalism vs. the Climate.* Riverside: Simon & Schuster.

Lamarque, Hugh; Nugent, Paul, 2022, *Transport Corridors in Africa*. Suffolk: Boydell & Brewer.

Lombard, Jerome, 2022, 'The Dakar-Bamako Corridor: Between Boom and Contradictions'. In: Lamarque, Hugh; Nugent, Paul. *Transport Corridors in Africa*. Suffolk: Boydell & Brewer.

Löwy, Michael; Fabio Mascaro, Fabio, 2024, *Apresentação: Antes Que Seja Tarde Demais.* Revista Margem Esquerda, n. 42.

Macagno, Lorenzo, 2009, 'Fragmentos de Uma Imaginação Nacional'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 24, n. 70, p. 17-35.

Machado, Andressa da Silva, 2021, 'Desventuras Do Pós-Independência Em Moçambique: Nacionalismo, Guerra Civil e Memória Coletiva', *Revista Discente Ofícios de Clio,* v. 5, n. 9.

Machel, Samora, 2019, 'Estabelecer o Poder Popular Para Servir as Massas'. In*:* Fazzio, Gabriel; Manoel, Jones (orgs.). *Revolução Africana: Uma Antologia Do Pensamento Marxista*. São Paulo: Autonomia Literária.

Marx, Karl, 1992, *Economic and Philosophical Manuscripts*. London: Penguin Books.

MASA, 2015, 'Plano Director Para O Desenvolvimento Agrário Do Corredor De Nacala Em Moçambique'. *Ministério da Agricultura e Segurança Alimentar*. Disponível em: https://www.comboni.org/app-data/files/allegati/1282.pdf.

Matine, Manuel Henrique, 2021, *A Questão Das Aldeias Comunais Em Moçambique: A Integração Das Famílias Camponesas Na Aldeia Comunal de Ximbongweni em Guijá, Província de Gaza (1977-1990).* Tese – História, Departamento de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Disponível em: http://hdl.handle.net/10183/231611.

McMichael, Philip, 2010, 'Introduction, Food, Energy, Environment: Crisis of the Modern World-System'. *Journal Review,* v. 33, n. 2/3, p. 95-102.

Mello, Fatima, 2013, *O Que Quer o Brasil Com o ProSavana?*. Rio de Janeiro: FASE. Disponível em: https://tinyurl.com/53j3wejs

Mosca, João; Dadá, Yasser Arafat, 2021, 'Comércio Externo E Crescimento Económico Em Moçambique'. *Observador Rural*, n. 106.

Neves, Lucia Maria, 2010, *A Direita para o Social e a Esquerda para o Capital: Intelectuais da Nova Pedagogia da Hegemonia no Brasil.* São Paulo: Xamã.

Nogales, Eva Galvez, 2014, *Making Economic Corridors Work for the Agricultural Sector.* Roma: Food and Agriculture Organization of the United Nations.

Palmeira, Moacir; Pereira Leite, Sérgio, 1998, *Debates Econômicos, Processos Sociais e Lutas Políticas. Política e Reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

República de Moçambique, 2014, *Estratégia Nacional de Desenvolvimento* (2015-2035). Maputo. Disponível em: https://tinyurl.com/2uyk9kyh.

Saito, Kohei 2024, *O Capital no Antropoceno*. São Paulo: Boitempo.

Silva, Romeu da, 2020, 'Fim do ProSavana: Uma oportunidade para o desenvolvimento agrícola em Moçambique?'. *DW África*, 27 de julho de 2020. Disponível em: https://p.dw.com/p/3g07H.

Tilzey, Mark, 2018, *Political Ecology, Food Regimes, and Food Sovereignty: Crisis, Resistance, and Resilience.* Cham: Palgrave Macmillan,

World Bank, 2018, 'Nacala Corridor Regional Trade Project. Project Information Document'. Disponível em: https://tinyurl.com/44455m4j.

_____2022, 'Mozambique Machinery and Transport Equipment Imports by Country'. Disponível em: https://tinyurl.com/4sfhbxz3.